

Moratória era única saída, diz banqueiro

CORIOLOANO GATTO
Correspondente

Rio — A adoção da moratória, que adia por tempo indeterminado o pagamento dos juros da dívida externa, está longe de representar uma medida negativa. Ao contrário. Era a única saída viável encontrada pelo Governo brasileiro para resolver os problemas no "front" externo.

A análise é do presidente do Banco de Montreal de Investimento, Pedro Leitão da Cunha, que se mostra otimista quanto ao sucesso das autoridades monetárias nesta rodada de negociações com os credores externos, a ser iniciada nesta semana. "É do interesse de todos encontrarem uma solução positiva que permita tanto o crescimento da economia brasileira quanto o atendimento de suas obrigações cambiais", revela Leitão da Cunha, também vice-presidente do Bank of Montreal, a matriz situada no Canadá.

Coerente com a sua posição, Leitão da Cunha um defensor da Letra do Banco Central (LBC) enquanto indexador do mercado financeiro, condenou a proposta estudada pelo Governo de injetar recursos da ordem de Cz\$ 2 bilhões, via Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), no mercado de ações.

— Isto nada mais é do que restabelecer a gerência estatal sobre o mercado de ações. A função do Estado junto ao mercado é proteger o investidor e o Governo deveria fiscalizar, por exemplo, a especulação desenfreada que nós vemos no mercado de opções. Semana passada, o presidente do Montreal Bank — nome fantasia da instituição — falou ao CORREIO BRAZILIENSE na sede do banco, no Rio de Janeiro.

Esta atuação agressiva do BB não assusta o setor privado?

Não. Ao contrário, é bem vinda.

No ano passado, o Banco Central teve que cobrir um rombo de Cz\$ 26 bilhões deixado pelos bancos estaduais, e somente os bancos de Minas Gerais, Paraná, e de uma certa forma o de São Paulo conseguiram ter lucros. O senhor acha que a União, através do BC, deve continuar a intervir nas instituições estaduais que apresentam déficits constantes?

Não. Houve uma distorção grande com relação aos bancos estaduais que se tornaram cada vez mais instrumentos de financiamentos dos estados de forma a compensar a diminuição de receita tributária a que teria normalmente direito pela legislação anterior. O que se nota ao longo da última década é que os Estados perderam receita em benefício da União. E esta perda substancial teve que ser compensada, e os governos estaduais passaram a utilizar os seus bancos como forma de levantar os recursos para fazer face às suas necessidades. Parte da solução de saneamento dos bancos estaduais virá também de uma reforma tributária. É claro que em alguns foi verificada uma administração criteriosa, mesmo dentro deste quadro, e em outros houve administrações completamente irresponsáveis.

Já desde dezembro a LBC enquanto indexador vem sendo criticada pelo mercado. Qual é a opinião atual do Sr.?

Na realidade, retorna-se à indexação financeira. E acredito que esteja funcionando eficazmente de um modo geral, contrariamente ao instrumento de prefixação que embute expectativas geralmente exageradas seja para alta, seja para baixa. A correção monetária, que teria sido abolida pelo Plano Cruzado, foi na verdade restituída salutarmente.

Há muitos economistas e empresários que acreditam que a correção monetária seria um instrumento mais ágil para refletir esta realidade do que a LBC.

Tenho as minhas dúvidas. A volta da correção monetária seria estendida a todas as atividades econômicas. A minha impressão é a de que a indexação da economia alimentaria o processo inflacionário no País, e causando desta forma, o retorno da inflação inercial. Por outro lado, como a LBC é um instrumento essencialmente financeiro, dificilmente pode ser utilizado em outras modalidades de indexação.

Mas a inflação não estaria sendo realimentada por uma política errada de administração de preços, na medida em que o Governo demorou a tomar esta medida e quando as tomou veio quase de uma só penada? A volta da correção monetária não ajustaria somente a esta nova realidade?

Não creio. De fato, o congelamento de preços sem haver os reajustes extremamente necessários ao longo do Plano Cruzado causou realmente um desequilíbrio na economia e mascarou uma inflação que efetivamente existia e não transmitida nos índices. Com o reajuste nos preços, esta inflação passada está sendo re-

conhecida no índice. E eu não acredito que havendo uma política séria, tanto fiscal como monetária, a taxa de inflação continue nos meses de março, abril e maio nos mesmos níveis de hoje em dia.

A decretação da moratória faria parte deste cenário de medidas ortodoxas e traz reflexos para a política monetária e fiscal?

Certamente trará muitos reflexos. Não há dúvida. Nós vamos ver até que ponto as dificuldades de importação poderão afetar o processo produtivo. É verdade que se importa pouco, mas também é verdade que as importações feitas têm uma ponderação importante na produção dos bens finais. Acredito que o Governo fará tudo para manter os canais de financiamento à importação e à exportação os mais abertos possíveis. Em não fazendo isso, pode o Governo se arriscar a levar a nossa indústria a uma diminuição de ritmo, o que seria extremamente negativo.

O senhor teme algum tipo de retaliação?

Não vejo que haja dificuldades externas de importação, mas poderá haver mesmo no Brasil. E a Cacex já está controlando. Os bancos estrangeiros vão querer continuar girando os recursos alocados no Brasil da forma mais lucrativa possível e certamente incluí o financiamento à exportação/importação.

É possível que entre dinheiro novo em função desta moratória técnica?

Tudo vai depender da negociação feita pelo Governo brasileiro.

Mas esta medida tomada pelo Governo não influencia de uma forma negativa junto aos credores?

Não creio necessariamente que ela seja negativa. Decorre de uma queda substancial de nossas reservas pelas razões conhecidas e uma forma de atenuar esta crise foi tomar aquelas medidas.

O Sr. acha que não havia outra saída?

Dificilmente se encontraria uma saída diferente. E o problema não é tanto o que foi feito até agora, mas o que será feito. Que medidas tomará o Governo para arrumar a casa e evidentemente recompor um fluxo de recursos cambiais adequado ao atendimento de seus compromissos.

O Sr. está otimista nesta rodada de negociações, que começa no carnaval?

Eu estou. É do interesse de todos encontrarem uma solução positiva que permita tanto o crescimento da economia brasileira como atendimento de suas obrigações cambiais. O Brasil tem uma capacidade incomensurável de encontrar soluções e talvez esta seja uma das principais capacidades do brasileiro.

Apesar destas incertezas, e da própria receptividade da decretação da moratória junto aos banqueiros internacionais, é possível traçar cenários para a economia brasileira?

Realmente, a economia brasileira cresceu brutalmente nestes 2 últimos anos e até por uma imposição cíclica ela deve se arrefecer. E isto seria bom, porque ajudaria o Governo a conter o impeto inflacionário.

As taxas de juros tenderão a cair nos próximos meses? É óbvio que estas taxas embutem uma expectativa inflacionária.

Coerentemente com o que tenho dito, as taxas de juros vão cair. Ao se constatar que a taxa inflacionária, que é basicamente represada e não mais se repetirá nos meses futuros e aliado a isso uma redução de atividade econômica ainda que temporária, vai influir para uma queda.

E o mercado de capitais? Já chegou no fundo do poço ou cai mais? Qual é a sua opinião sobre a recente medida tomada pelo Governo, via Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), de injetar recursos da ordem de Cz\$ 2 bilhões no mercado?

Pessoalmente, não gostei da medida, porque nada mais é do que restabelecer a gerência estatal sobre o mercado de ações que deve ser sobretudo dirigido e influenciado por recursos privados. O que tem de ser pensado é o seguinte: uma vez adquiridas as ações o que vai acontecer? Vai haver sempre a espada de Damocles em cima do mercado com a pergunta: quando eles vão vender?

No ano passado, foram mais ou menos sete pacotes sobre o mercado financeiro...

Exatamente. Nada mais é do que uma nova ingerência estatal no mercado, que deve ser deixado o mais livre possível. A ingerência estatal deve se limitar ao estabelecimento de regulamentos, normas e procedimentos que assegurassem a defesa do investidor. Esta é a função do Estado junto ao mercado: proteger o cidadão e no caso da bolsa, o investidor. Proteger no sentido de que ele tenha a revelação plena dos fatos e as práticas da transação sejam idôneas e oportunas.